

CFESS Manifesta

Dia Nacional da Consciência Negra

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019
Gestão É de batalhas que se vive a vida!



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

NOVEMBRO NEGRO ARCO-ÍRIS

As pessoas LGBT que têm sofrido distintas violências são predominantemente negras e pobres. Precisamos falar sobre o racismo e a questão da orientação sexual e da identidade de gênero.



Dona Ivone Lara foi uma das primeiras assistentes sociais negras em nosso país e, também, uma reconhecida sambista que, por meio da música sorriso negro, nos diz que “negro é a raiz da liberdade”. O reconhecimento da liberdade como um valor ético central é princípio fundamental do projeto societário defendido pelo Serviço Social. Chamamos para a reflexão de que o primeiro passo para liberdade do nosso povo brasileiro é conhecermos nossas raízes.

‘NEGRO É A RAIZ DA LIBERDADE

DONA IVONE LARA



As exigências do nosso momento histórico não são simples. Ao mesmo tempo em que precisamos problematizar e confrontar o apassivamento presente em nossa cultura, não podemos deixar de reconhecer que desde que esse país pode ser chamado Brasil, sempre houve luta da classe trabalhadora e segmentos populacionais subalternizados, na resistência e enfrentamento aos modelos sociais e econômicos autoritários e totalitários, assim como contemporaneamente existe enfrentamento à atual agenda neoliberal, que produz cotidianamente as desigualdades humanas e sociais.

Nesse novembro negro, afirmamos que é tempo de celebrar Dandara, Zumbi, Teresa de Benguela, João Candido, Marielle Franco e tantas outras vozes de luta. Sim, pois a despeito do ‘memoricídio que busca desenfreadamente invisibilizar o legado da população negra à sociedade brasileira, também é resistência termos memória e conhecermos nossa história.

Na obra *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*, Mirla Cisne e Silvana Mara Morais Santos apontam que “basta uma análise um pouco mais atenta sobre a formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira para identificarmos que três sistemas se fundiram em um único: o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista”.

A resistência negra não foi e não será a única. Ela se soma a tantas outras. Oportuno nesse ano em que se comemora 50 anos de “Stonewall”, com as inúmeras ações e paradas do orgulho LGBT, dialogar que a luta anticapitalista e contra o machismo não pode estar desarticulada do enfrentamento ao racismo e à LGBTfobia.

Em junho deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a discriminação/violência motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero (LGBTfobia) ao crime de racismo, até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica. Essa decisão ocorre justamente pela inércia do poder legislativo federal em relação a essa demanda da população LGBT, e não pelo entendimento do órgão de haver conexão entre ambas as pautas.

Embora a criminalização da LGBTfobia tenha sido uma pauta histórica de reivindicação do movimento LGBT em nosso país, a normativa está longe de ser a resposta capaz de equacionar essa grande problemática na complexa realidade social.

O Atlas da Violência 2019, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, abordou de forma inédita, na última edição, dados sobre população LGBT. De antemão, problematizou-se a ausência de dados oficiais para a produção de documentos a respeito

e, mesmo com a subnotificações de dados, foi possível afirmar o aumento da violência contra a população LGBT, a partir de informações do Disque 100 e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde.

Além disso, entidades do movimento LGBT, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Rede Trans Brasil e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), vêm, ano após ano, denunciando o fato de o Brasil ser o país que mais mata pessoas LGBT.

Queremos, nesse 20 de novembro, refletir sobre um fato relacionado a esses dados: as pessoas LGBT que têm sofrido essas distintas violências são predominantemente negras e pobres. Já em relação à população negra, o Atlas da Violência 2019 verificou o aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal, sendo que, em 2017, 75,5% das mortes letais no país foram de pessoas negras.

Ao falarmos sobre racismo e LGBTfobia, outro aspecto que não pode deixar de ser mencionado é o geracional, tendo em vista que nas distintas fases da vida ocorrem diferentes implicações. Na infância, por exemplo, a criança pode ainda não compreender o que é o racismo ou a LGBTfobia, mas geralmente isso não impede que tenha a percepção do que está ocorrendo, tamanha a violência a que muitas vezes são expostas.

Na adolescência e juventude, além de maiores dificuldades para inserção no mercado de trabalho, quando abordamos sobre o genocídio de jovens negros/as, é preciso relacionar que, por vezes, a LGBTfobia também está presente nessas circunstâncias.

Em relação ao processo de envelhecimento da população brasileira, esse tem sido demarcado por desigualdades sociais que geram um profundo abismo para o alcance de uma velhice digna e saudável, sobretudo das populações periféricas. Quando se trata de pessoas negras e LGBT, por vezes, não há sequer o direito de envelhecer.

Não obstante todas essas questões, em 2019, a participação social no âmbito do governo federal sofreu um frontal ataque do governo Bolsonaro, com o desmonte ou até mesmo extinção de inúmeros mecanismos de controle social que, apesar das limitações que tinham, cumpriam minimamente o papel de fiscalização das ações do Estado.

No tocante às agendas do movimento negro e LGBT, destacam-se tanto a extinção do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR), como do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos e Combate a Discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). Com essas medidas, entidades que intervinham nesses conselhos no sentido de interseccionar as pautas da população negra e LGBT, como a Rede Afro LGBT (que integrou o CNPir e o CNCD/LGBT) e o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais (que tinha assento CNCD/LGBT), perderam espaços importantes para essa luta.

Ainda não é possível precisar se o aumento do discurso de ódio já produziu impactos nos indicadores das violências. Entretanto, já é algo que podemos perceber no cotidiano das relações humanas.



Atlas da Violência 2019 verificou o aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal, sendo que, em 2017, **75,5% das mortes letais no país foram de pessoas negras.**

Queremos, nesse 20 de novembro, refletir sobre um fato relacionado a esses dados: **as pessoas LGBT que têm sofrido distintas violências são predominantemente negras e pobres.**

Não há dúvidas sobre as razões do assassinato da vereadora Marielle Franco: sua existência potente como mulher negra, lésbica, militante de direitos humanos e de orientação política de esquerda. A repercussão nacional e internacional sobre o caso amplificarão as vozes que não deixarão de perguntar quem mandou matá-la.

A 'mandata de quilombo' eleita em 2018, representada pela deputada estadual Erica Malunguinho, é um marco, por ser a primeira deputada trans, não apenas do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil. Se, por um lado, é inquestionável o quanto o machismo, o racismo e a LGBTfobia precarizam as condições de vida, limitando de maneira muito frequente acesso aos mais distintos espaços, principalmente os relacionados ao poder, por outro, há que se reconhecer que novas formas de resistência no âmbito do legislativo estão se formando.

O Serviço Social brasileiro tem construído, com muito esforço teórico e político da categoria, posicionamentos e normativas que são a expressão de seu direcionamento para outra forma de sociabilidade, anticapitalista, antirracista e não heretopatriarcal. Apesar desses enormes avanços, também é inegável que o conservadorismo esteve presente desde os primórdios da profissão e nunca foi superado completamente.

Assim, não é o fato de uma pessoa ser assistente social que a torna isenta de reproduzir seja o racismo, a LGBTfobia ou qualquer outro elemento estrutural e estruturante das relações sociais. Sobretudo se, de fato, nos entendemos como classe trabalhadora, portanto também exposta aos mecanismos de trabalho alienado e alienante, próprios do sistema capitalista.

O desafio colocado para a efetivação do nosso Projeto ético-político profissional está muito além da construção de posicionamentos ou normas, mas encontra-se no caminho da produção de sentido, sendo tarefa de cada assistente social, proposta que nos faz olharmos para nossas práticas.

Quando atendemos famílias negras que perderam seus filhos/as e, por vezes, não relacionamos suas demandas ao genocídio da juventude negra, ou quando utilizamos instrumental que não dispõe de quesito raça/cor, estamos desconsiderando que as condições de vida e, inclusive de morte, têm determinações a partir de marcadores sociais.



Considerar que informações relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero somente são pertinentes “quando se atua em serviços dirigidos especificamente a população LGBTI”, é supor que o direito a existir e a amar sejam menos importantes para nossa intervenção profissional.

A campanha desse triênio (2017-2020) de gestão do Conjunto CFESS-CRESS, Assistentes Sociais no Combate ao racismo tem conseguido se conectar com a categoria e a sociedade. É como parte dela que, nesse 20 de novembro fazemos o convite para ampliarmos nossa luta e sermos assistentes sociais no combate ao racismo e a LGBTfobia. Por um novembro negro com mais arco-íris!

PARA SABER MAIS



Altas da Violência 2019. Acesso em 12/11/2019 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432

Feminismo, diversidade sexual e serviço social. Mirla Cisne, Silvana Mara Moraes dos Santos. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v.8).

Gestão É de Batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

Presidente Josiane Soares Santos (SE)
Vice-presidente Daniela Neves (RN)
1ª Secretária Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária Daniela Möller (PR)
1ª Tesoureira Cheila Queiroz (BA)
2ª Tesoureira Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal
 Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes
 Solange da Silva Moreira (RJ)
 Daniela Ribeiro Castilho (PA)
 Régia Prado (CE)
 Magali Régis Franz (SC)
 Lylia Rojas (AL)
 Mauricleia Santos (SP)
 Joseane Couri (DF)- Licenciada
 Neimy Batista da Silva (GO)
 Jane Nagaoka (AM)

CFESS MANIFESTA
Dia Nacional da Consciência Negra
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
 Liliane de Oliveira Caetano - Assistente social e representante do CFESS no CNCD/LGBT de 2015 até a extinção do mesmo, em 2019. Texto dedicado à grande companheira Marylucia Mesquita.
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão: Diogo Adjuto
Arte/ilustrações: Rafael Werkema